



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro

Clipping n° 13/2022

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

12 de maio de 2022

CURSOS ADIMB 2022

#CursosADIMB

TIPOS E TÉCNICAS DE SONDAGENS NA PESQUISA MINERAL

INSCRIÇÕES ABERTAS!



CURSO PRESENCIAL



06 A 10 DE JUNHO



 **ADIMB**
Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro

INSCRIÇÕES EM: <http://adimb.org.br/cursos2022/>

Setor de alumínio bate recorde de consumo e retoma investimentos

A indústria de alumínio no país, que atua desde a mineração de bauxita a produtos transformados e reciclagem, reverteu, no ano passado, o impacto negativo da pandemia de covid-19 no desempenho de 2020. Encerrou 2021 com crescimento de 10,9% no consumo interno de material acabado do metal. O balanço acaba de ser finalizado pela Abal, associação que representa as empresas - nacionais e estrangeiras - que têm operações no país.

“O setor de alumínio vive o seu melhor momento no Brasil, num cenário de muitas mudanças aqui e mundialmente”, disse ao Valor a presidente da Abal, Janaina Donas, primeira mulher a assumir o comando da entidade. Ela foi alçada ao cargo de presidente-executiva em agosto. Donas cita o recorde de consumo no mercado brasileiro, a retomada de investimentos, o religamento de unidade que estava paralisada por falta de competitividade desde 2015 e as iniciativas de empresas de investir em fontes de energia renováveis e na substituição de combustíveis fósseis.

A executiva diz que o desempenho de alguns segmentos de consumo contribuiu fortemente para o resultado: embalagens, incluindo as latinhas para bebidas; de transportes, que reportou o melhor desempenho (25,3% de alta); construção civil (21,8%) e o de bens de consumo, que cresceu 16,9%. O senão, no ano passado, ficou para o de eletricidade - um recuo de 11,3%. Houve uma desaceleração nos projetos de linhas de transmissão de energia no país, derrubando a venda de cabos fabricados em alumínio em mais de 15%.

Para 2022, a previsão é de novo crescimento, porém, mais comedido - 4,9%. Donas admite um “otimismo cauteloso” para o ano diante do cenário local e global. “Vemos uma acomodação na demanda no setor de embalagens, que representa 40% do consumo total; ainda há problema de falta de semicondutores no setor automotivo; e as eleições, que geram mais volatilidade na economia, além da inflação e taxa de juros em alta”.

A elasticidade de demanda por alumínio, em tempos normais, costuma ser, conforme economistas, de duas a duas vezes e meia o PIB local, diz a executiva. Se o consumo, de fato, crescer conforme o projetado, baterá novo recorde, com 1,66 milhão de toneladas. O maior volume de consumo havia sido em 2013, ano em que vários setores atingiram marcas recordes - aço, cimento, bens de capital... Uma questão que preocupa também é a entrada de produtos laminados estrangeiros por meio de práticas desleais de comércio, principalmente da China. As importações, no geral, cresceram 12,7% no ano passado, informa a Abal. “Estamos unindo forças com outras organizações internacionais para combater essas práticas”. O setor, via Abal, já moveu ações antidumping e contra subsídios do governo chinês.

Donas diz que há condições de o país voltar a ser protagonista no alumínio. “Temos a quarta maior reserva de bauxita do mundo e 85% da produção é transformada aqui (alumina e metal primário), somos terceiro maior produtor de alumina e temos os melhores índices de reciclagem de alumínio”.

Onde o Brasil caiu no ranking foi na produção de alumínio primário - de 6º para 15º lugar com o fechamento de várias operações na década passada. “Mas isso começa a se reverter, com o religamento da produção na usina da Alumar por Alcoa e South32, que será completado no início de 2023”, afirma. “O país voltará à autossuficiência, deixando de ser importador líquido”, diz. Com Alumar, a capacidade instalada sobe a 1,36 milhão de toneladas por ano.

O pacote de investimentos previsto no período 2021-2025 está orçado em R\$ 30 bilhões. Contempla toda a cadeia produtiva, ressalta a executiva. “Vai de ampliação de reservas de bauxita a modernização do parque fabril existente, inovação, expansão de capacidade produtiva das fábricas, reativação de unidades paralisadas até mais centros de coleta de sucata de alumínio para reciclagem e transição para novas fontes de energia”, lista Donas. Em laminados, dois investimentos vão somar R\$ 1,2 bilhão.

Na reciclagem de latas de alumínio, o Brasil, com uma estrutura montada ao longo de décadas, é líder global - 98,7%. Ao considerar toda a sucata do metal que é recuperada, atinge 54%, contra uma média mundial de 29%. Para a executiva, a descarbonização - redução das emissões de CO2 - é um caminho a ser seguido por todas empresas que atuam no alumínio. Cita casos de companhias que já estão substituindo óleo diesel por biomassa e óleo combustível por gás natural e investimentos para utilizar energias renováveis (solar e eólica).

Formada em Relações Internacionais, com MBA em Gestão de Negócios, a executiva brasileira marca sua volta ao setor no comando da Abal. Antes, trabalhou como diretora de relações governamentais e comunicação da Alcoa por sete anos e foi diretora de relações externas e novos negócios para América Latina da Newmont Corporation, de ouro.

Fonte: Valor Econômico

Data: 10/05/2022



Vale confirma acordo com Tesla para fornecimento de níquel de baixo carbono

A Vale confirmou nesta sexta-feira, 6, a assinatura um contrato de longo prazo com a companhia Tesla, do bilionário Elon Musk, para fornecimento de níquel de baixo carbono nos Estados Unidos, a partir das operações da mineradora no Canadá.

"Este acordo está em linha com a nossa estratégia de ampliar a exposição à indústria de veículos elétricos, alavancando nossa baixa pegada de carbono e posição de liderança no mercado como maior produtor de níquel acabado da América do Norte", diz a Vale, em nota.

O objetivo da Vale é atingir de 30% a 40% de nossas vendas de níquel Classe 1 para a indústria de veículos elétricos em rápido crescimento.

"Esse acordo reflete um compromisso compartilhado com sustentabilidade e mostra muito claramente que somos o fornecedor preferencial para produtos de níquel de baixa emissão de carbono e alta pureza, essenciais para baterias de longo alcance", disse Deshnee Naidoo, vice-presidente executiva de metais básicos da Vale.

As operações da Vale no Canadá produzem alguns dos produtos de níquel de menor emissão de carbono do mundo, segundo a empresa.

Fonte: Estadão

Data: 06/05/2022

itatiaia®

Serra do Curral: Tribunal de Justiça nega suspensão de aval para mineração

Mineradora teve licenciamento aprovado para minerar na Serra do Curral. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou um pedido do Ministério Público Estadual para suspender o projeto de mineração na Serra do Curral. Com a decisão, do dia 6 de maio, está mantida a autorização para o empreendimento. Uma outra ação, aberta pela Prefeitura de Belo Horizonte, ainda tramita na Justiça Federal.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) entrou com a ação antes mesmo da reunião da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), do Conselho de Política Ambiental (Copam), que autorizou o licenciamento ambiental. Nesta ação, o MPMG pediu à Justiça que suspendesse a declaração dada pela Prefeitura de Nova Lima para que o empreendimento pudesse funcionar. A Declaração de Conformidade foi assinada pelo município no dia 15 de fevereiro.

De acordo com o MPMG, a Prefeitura de Nova Lima, ao autorizar o empreendimento, disse que o município atuou em desconformidade com a Lei Municipal de Ocupação do Solo, que veda a atividade minerária na Serra do Curral.

No entanto, conforme a Justiça, a legislação prevê que a atividade poderá ocorrer "nas áreas onde houver direito de pesquisa e lavra já outorgados".

"Em análise perfunctória dos autos, verifica-se que os requerimentos de pesquisa da ré TAMISA, precedem a vigência do Plano Direto do Município de Nova Lima", diz a sentença assinada pelo juiz Rogerio Santos Araujo Abreu, da 5ª Vara da Fazenda Municipal.

Em nota, o Ministério Público disse que ainda não foi intimado sobre a decisão, mas que "assim que recebê-la tomará as providências cabíveis de forma a defender a Serra do Curral".

Fonte: Itatiaia

Data: 10/05/2022

Mineradoras enfrentam riscos de curto prazo, mas preços das commodities vão se recuperar

As ações de empresas de mineração enfrentam vários riscos neste ano depois dos resultados fracos do primeiro trimestre, dizem analistas. Além da inflação de custos em curso, a demanda por commodities pode ser prejudicada por uma possível recessão econômica, aperto monetário, paralisações por causa da covid um setor imobiliário mais fraco na China.

No entanto, os preços das commodities devem se recuperar fortemente da atual desaceleração e continuar a sustentar os lucros nos próximos anos, segundo analistas. A temporada de resultados do primeiro trimestre acabou sendo fraca para a maioria das empresas de mineração, e o setor está enfrentando perdas de produção e custos mais altos no curto prazo, disse o analista do Citi Ephrem Ravi em relatório a clientes.

Além disso, os investidores estão ficando preocupados com a possibilidade de uma recessão econômica, lockdowns na China e aperto monetário nos EUA e na Europa, levando a uma demanda menor, diz ele. No entanto, a produção fraca e os custos mais altos continuarão a sustentar os preços das commodities. O Citi reduziu sua previsão de Ebitda para 2022 para o setor de mineração europeu em 1,4%, mas aumentou em 4,6% para 2023 e em 7,8% para 2024 depois de melhorar sua perspectiva de preço para minério de ferro e carvão metalúrgico.

A duração e a profundidade da atual desaceleração das commodities são desconhecidas, mas o Jefferies diz que a recuperação subsequente na maioria das commodities será forte. A falta de vigor no lado da oferta só deve piorar neste período de fraqueza da demanda, incerteza macro e aumento das taxas de juros, diz. Essa escassez de metais e outras commodities, causada por anos de subinvestimento na capacidade das minas, provavelmente será o gargalo para o crescimento global quando a economia se recuperar, disse o banco em nota.

No entanto, os preços das commodities e as ações de mineração também podem cair temporariamente ainda mais devido às medidas restritivas na China, à fraqueza nos mercados imobiliários chineses, ao crescimento mais lento nos EUA ou a uma possível recessão na Europa, alerta o Jefferies. Para Caroline Bain, economista de commodities da Capital Economics, os dados comerciais da China pintaram “um quadro moderado, mas não desastroso” da demanda chinesa por commodities.

No entanto, as importações podem diminuir mais nos próximos meses se a demanda pelas exportações da China continuar esfriando, disse ela. O crescimento das exportações chinesas em dólares americanos desacelerou para 3,9% em abril, de quase 15% em março. Os volumes provavelmente foram ainda mais fracos do que esse número sugere, devido aos preços mais altos dos produtos, diz Bain. Ainda assim, as importações de commodities energéticas da China resistiram bem no mês passado diante dos lockdowns, diz ela.

“A principal retração nos dados de importação se concentrou nos metais, principalmente no minério de ferro”, diz Bain, que espera que a produção de aço chinesa mais fraca resultará em menores importações de minério de ferro em 2022.

Fonte: Valor Econômico

Data: 10/05/2022



Vale e Sinobras assinam termo de compromisso para desenvolvimento de nova aciaria em Marabá

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Raul Jungmann, participou de um evento em Marabá, no Pará, na última segunda-feira (9/5), a convite do governo do estado, para a assinatura de acordo entre a Vale e a Siderúrgica Norte Brasil (Sinobras) para a implantação de uma nova aciaria, indústria siderúrgica, no município.

Essa nova planta tem a finalidade de produzir tarugos de aço a partir do ferro gusa, em Marabá. O acordo prevê que o fornecimento da matéria-prima para a nova aciaria seja feito pela empresa Tecnored, subsidiária da Vale, em fase de implantação no município. Já a operação da aciaria será feita pela Sinobras.

O tarugo é usado como matéria-prima pelas siderúrgicas no processo de laminação a quente, podendo resultar em vários tipos de produtos como barras, perfis, fio máquina, vergalhão CA50, entre outros.

Pelo acordo assinado, a Vale apoiará o projeto por meio da emissão de garantias, após a conclusão da engenharia, que viabilizem o financiamento a ser contratado pela Sinobras para a instalação da nova aciaria. Já a Sinobras, empreendedor que possui atuação há mais de 15 anos em Marabá, será a responsável, além dos estudos de engenharia, pela implantação e operação da planta.

A partir da assinatura do termo, a Sinobras irá desenvolver o projeto de engenharia, que deve ser concluído até o fim de 2023. O cronograma de obras detalhado será apresentado a partir da fase de estudos de engenharia.

Fonte: IBRAM

Data: 10/05/2022

Consumo de alumínio no Brasil cresce 10,9% em 2021, o maior volume da história

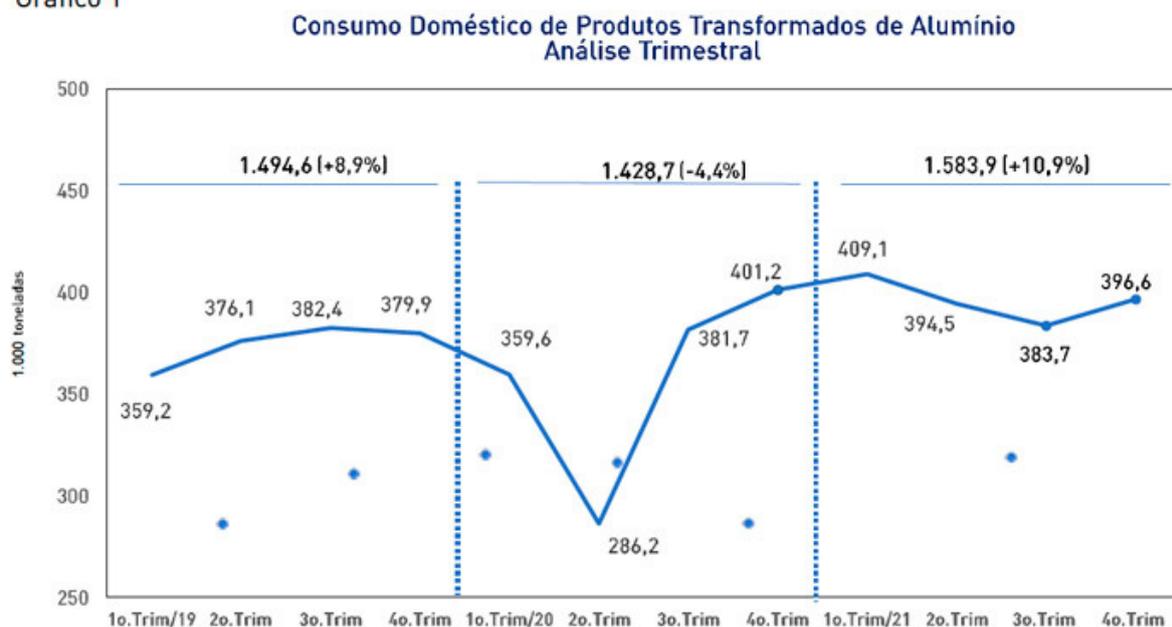
O total de 1,583 milhão de toneladas – 88% delas produzidas no país – representa um patamar superior ao do período pré-pandemia.

Levantamento da Associação Brasileira do Alumínio (Abal) aponta que o consumo de produtos de alumínio no país alcançou 1,583 milhão de toneladas em 2021, o maior volume registrado desde o início da apuração da pesquisa de mercado, em 1972. O resultado representa um crescimento de 10,9% em relação a 2020. Desse total de produtos de alumínio, 88% (1,393 milhão de toneladas) foram produzidos no Brasil, um aumento de 10,6%. As importações acompanharam a alta, com crescimento de 12,7% ante o ano de 2020.

“O resultado histórico, que ultrapassa inclusive os patamares pré-pandemia, demonstra a resiliência do setor do alumínio nacional, que segue investindo no crescimento de forma sólida e sustentável mesmo em cenários desafiadores”, diz Janaina Donas, presidente-executiva da Abal.

Com exceção de cabos e de pó de alumínio, que registraram queda no consumo em 2021, todos os demais produtos de alumínio apresentaram desempenho positivo quando comparados a 2020. Destaque para o volume recorde de consumo de chapas, que alcançou 800,6 mil toneladas (+16,2%). O crescimento reflete o vigor do segmento de Embalagens, que respondeu por mais de 40% do volume de produtos de alumínio consumidos, segundo a Abal.

Gráfico 1



Fonte: Pesquisas de Mercado ABAL – Março de 2022

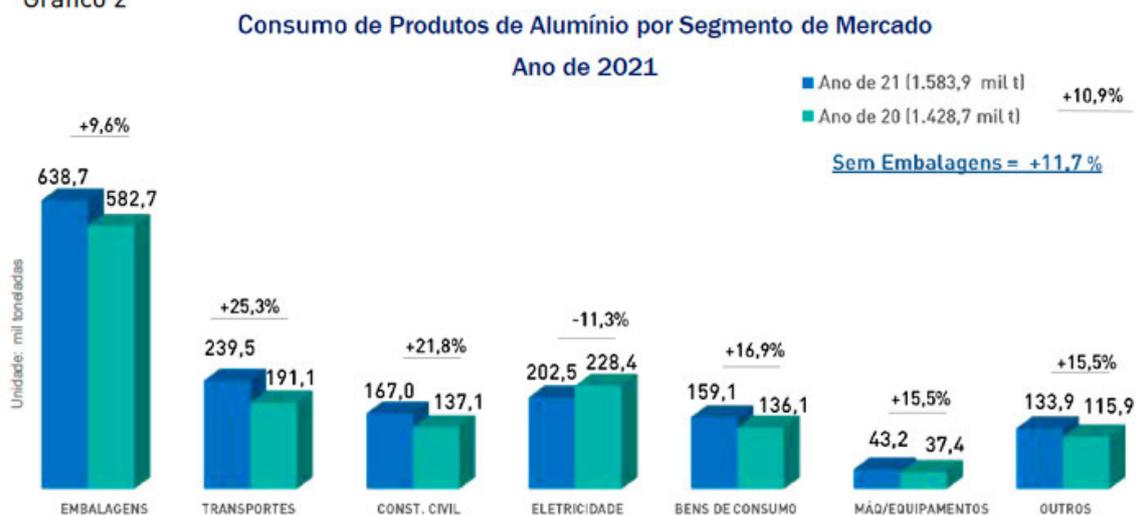
Consumo doméstico de produtos transformados de alumínio

- Laminados: volume total de 889,1 mil toneladas, com crescimento de 14,9% em relação a 2020 (773,5 mil toneladas);
- Extrudados: volume total de 245,8 mil toneladas, com crescimento de 17,2% em relação a 2020 (209,7 mil toneladas);
- Cabos: volume total de 180,8 mil toneladas, com queda de 15,1% em relação a 2020 (212,9 mil toneladas);
- Fundidos: volume total de 157,8 mil toneladas, com crescimento de 16,7% em relação a 2020 (135,2 mil toneladas);
- Pó: volume total de 25,6 mil toneladas, com queda de 5,2% em relação a 2020 (27 mil toneladas);
- Destrutivos: volume total de 42,9 mil toneladas, com crescimento de 16,3% em relação a 2020 (36,9 mil toneladas);
- Outros: volume total de 41,9 mil toneladas, com crescimento de 25,1% em relação a 2020 (33,5 mil toneladas).

Segmentos consumidores de alumínio

Em relação ao desempenho dos principais segmentos consumidores de alumínio, conforme o Gráfico 2 (abaixo), a maioria apresentou crescimento de dois dígitos. A exceção ficou por conta de Eletricidade, que registrou queda de 11,3%, refletindo a redução do consumo do metal nos projetos de linhas de transmissão de energia no país.

Gráfico 2



Previsão para 2022

A projeção da Abal continua sendo positiva para o consumo doméstico de produtos de alumínio: crescimento de 4,9% em relação a 2021, totalizando 1,662 milhão de toneladas, o que seria um novo recorde para o setor.

“A indústria brasileira de alumínio está preparada para responder ao aumento da demanda e seguirá investindo para ampliar a sua capacidade de produção. O setor prevê, até 2025, um aporte aproximado de R\$ 30 bilhões para a construção de novas plantas industriais e modernização das já existentes; diversificação da matriz energética e aumento da autogeração de energia, dentre outras ações”, conclui Janaina Donas.

Fonte: Revista Mineração e Sustentabilidade

Data: 10/05/2022

FERTILIZANTES: Metas do plano nacional são um grande desafio para o setor

O Governo Federal lançou, em março de 2022, o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), que tem como objetivo principal reduzir a dependência das importações dos insumos que são essenciais para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Atualmente, segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), o Brasil importa mais de 85% dos fertilizantes utilizados no país, em um mercado dominado por poucos fornecedores. O Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) tem como meta planejar o setor até 2050 e desenvolver o agronegócio nacional, com foco nos principais elos da cadeia: indústria tradicional, produtores rurais, cadeias emergentes, novas tecnologias, uso de insumos minerais, inovação e sustentabilidade ambiental.

O PNF começou a ser elaborado em 2021 e foi formalizado por Decreto em 11 de março. O documento cria ainda o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas, órgão consultivo e deliberativo que coordena e acompanha a implementação do Plano Nacional de Fertilizantes.

Segundo a Anda, o Brasil é o 4º maior consumidor mundial de fertilizantes, dos quais o potássio é o principal nutriente utilizado pelos produtores brasileiros (38%), seguido pelo fósforo, com 33% do consumo total de fertilizantes, e o nitrogênio, com 29%. Dentre as culturas que mais demandam o uso de fertilizantes (NPK) estão a soja, o milho e a cana-de-açúcar, somando mais de 73% do consumo nacional.

A implantação das ações do PNF poderá minimizar a dependência externa desses nutrientes importados principalmente da Rússia, China, Canadá, Marrocos e Belarus. Estados Unidos, Catar, Israel, Egito e Alemanha completam a lista dos dez maiores exportadores de fertilizantes para o Brasil em 2021, de acordo com dados do Ministério da Economia.

Fonte: Brasil 61

Data: 10/05/2022

Após veto ambiental, projeto de mineradora da China está na iminência de ser aprovado em MG

Um megaprojeto de mineração no norte de Minas Gerais, que engloba uma mina de minério de ferro, duas barragens de rejeitos e um mineroduto de 482 quilômetros, voltou à pauta. Batizado de Projeto Bloco 8, ele está orçado em US\$ 3,5 bilhões e pertence à Sul Americana de Metais (SAM), uma empresa de capital chinês ligada à Honbridge Holdings, com sede em Hong Kong.

Questões ambientais, como o enorme impacto causado às comunidades locais e o alto consumo de água em uma região semiárida, travaram o empreendimento no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) durante anos. Mas ele voltou a caminhar em 2019 e está na iminência de ser aprovado, agora pela Semad (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) mineira.

Em março deste ano, o Ministério Público de Minas Gerais recomendou a suspensão do licenciamento do projeto, sob alegação de que são necessários estudos complementares sobre o impacto ambiental. Assim, as audiências públicas agendadas para o final daquele mês foram inicialmente canceladas. Porém, já têm novas datas: 10 de maio, na cidade de Grão Mogol, e 11 de maio, na vizinha Fruta de Leite.

“A gente sabe que a audiência pública é só um procedimento formal e que, quando ela acontece, é porque o processo está pronto para ser licenciado. Com essa audiência pública, o Estado está dizendo que vai licenciar o projeto, mesmo sem ter realizado o procedimento de consulta às comunidades tradicionais geraizeiras”, disse a advogada Larissa Vieira, do Coletivo Margarida Alves, que presta assessoria jurídica a grupos sociais.

A mina e o mineroduto

Para viabilizar a extração do minério, está prevista a construção de uma tubulação de cerca de 482 quilômetros que transportará o minério diluído em água desde Grão Mogol, em Minas, até Ilhéus, no Estado da Bahia. O orçamento dessa obra é de US\$ 1,4 bilhão, mais US\$ 2,1 bilhões da mina e das barragens.

Na análise inicial, os técnicos do Ibama disseram em despacho que não se poderia avaliar separadamente a mina e o mineroduto. Seria necessário avaliar o impacto de ambos como uma coisa só. E destacaram alguns dos problemas que o mineroduto causaria, entre eles as remoções de comunidades afetadas e a supressão de cerca de 70 nascentes de água numa área com baixos níveis de precipitação.

“O mineroduto é de uso exclusivo da atividade minerária e, portanto, não pode ser implantado ou operado isoladamente sem que haja uma mina em operação. Desse modo, não faz sentido proceder o licenciamento de um mineroduto sem que se saiba se a mina possui viabilidade ambiental atestada”, dizia despacho do Ibama.

Até aquele momento, a análise do impacto ambiental ainda estava a cargo do Ibama, que em 2016 vetou o projeto integralmente, mina mais mineroduto. Em dezembro de 2018, a SAM criou uma empresa nova, a Lotus, e apresentou novo pedido de licenciamento, somente para a tubulação. O Ibama voltou a vetar, já em junho de 2019. Só que o jogo virou ainda naquele ano, quando o atual presidente do órgão, Ricardo Bin, atendeu a um pedido da mineradora chinesa e determinou que as duas obras fossem avaliadas separadamente.

Em despacho assinado em 26 de julho de 2019, obtido pelo site The Intercept Brasil, Bin afirmou que “entende-se cabível o licenciamento da mina de forma apartada do mineroduto”. E repassou a missão de licenciar a tubulação, antes a cargo do Ibama que ele comandava, ao governo de Minas Gerais, através da Semad, onde está atualmente sendo debatido.

O impacto do projeto

Uma das principais preocupações ambientais ligadas ao Bloco 8, já destacada pelo Ibama, é o impacto que ela causará a 70 nascentes de água em uma região que sofre com a seca. O mineroduto tende a contaminar a água com os metais da mineração, atingindo famílias que vivem do extrativismo e da agricultura familiar. De acordo com o Coletivo Margarida Alves, o Bloco 8 atingirá cerca de 2,2 mil famílias de 11 comunidades.

“A água está em disputa, e não queremos que ela sirva para empurrar minério em uma região carente desse recurso”, disse em dezembro de 2019 a deputada estadual Leninha Alves (PT), que continua a contestar o projeto. “Esse tipo de empreendimento predatório não vale o custo para a população”.

Há ainda o temor com a barragem de rejeitos, que tem cerca de 100 vezes o tamanho daquela que se rompeu e destruiu Brumadinho em janeiro de 2019, matando 270 pessoas.

Em defesa do projeto, a SAM disse em comunicado distribuído à imprensa que ele foi “desenvolvido para ser sinônimo mundial de segurança e inovação” e que fornece “soluções para a disponibilidade de recursos hídricos”, tendo o “compromisso de promover uma plataforma para o crescimento econômico e social da região”.

A empresa destaca, ainda, que serão gerados 6,2 mil novos empregos diretos “durante o pico da fase de implantação do Projeto Bloco 8”, e mais 1,1 mil empregos “durante sua operação, com produção anual de 27,5 milhões de toneladas de minério de ferro concentrado”.

Projeto chinês

Nos últimos anos, têm sido frequentes os problemas em projetos de mineração de empresas chinesas mundo afora, sobretudo na África. E, embora a SAM seja devidamente registrada no Brasil, com CNPJ ativo desde 2006, ela tem dois cidadãos chineses como sócios, Yongshi Jin e Wei Liu. Ambos também estão listados como executivos da chinesa Honbridge Holdings, de Hong Kong. O paralelo entre os casos registrados no exterior e o projeto em desenvolvimento no Brasil é inevitável.

Em 2009, moradores da região de Marange, no Zimbábue, foram retirados de suas terras pelo governo para dar lugar a empresas de mineração chinesas. Em julho do ano passado, surgiram relatos de que os deslocados vivem em uma área do governo que não oferece sequer água potável.

Um representante do grupo disse na ocasião que, embora a responsabilidade pelos cidadãos seja do governo, a mineradora também deve ser cobrada. “Quando se trata de recursos naturais e governança, as empresas de mineração devem assumir a responsabilidade e garantir que as comunidades onde operam tenham acesso a informações, assistência médica e outras necessidades básicas”, disse Tawanda Mufute.

Já em setembro de 2021, o governo da República Democrática do Congo anunciou que iria revisar um bilionário acordo de mineração estabelecido com investidores da China. Maior produtor mundial de cobalto e líder em exploração de cobre entre as nações africanas, o país alega que os acordos não são suficientemente favoráveis.

A China é dona de cerca de 70% dos acordos de mineração no país africano, superando a concorrência de empresas ocidentais em grandes projetos. Três empresas da China concentram os principais acordos de mineração da RD Congo, todos contestados pela falta de transparência.

Já neste ano, em março, os militares que assumiram o poder na Guiné, após o golpe que derrubou o ex-presidente Alpha Condé, paralisaram as operações no projeto Simandou, considerado um dos maiores depósitos de minério de ferro do mundo. Beijing tem participação de 40% no consórcio, atrás apenas da anglo-australiana Rio Tinto, com 45%.

A obra vinha sofrendo atrasos devido a disputas sobre a propriedade e à lentidão na construção de uma ferrovia de 650 quilômetros que transportaria os elementos extraídos para os portos guineenses. Já o presidente interino Mamady Doumbouya alegou não estar claro como a mina teria contribuído para os interesses da nação africana.

A posição da ONU

Até o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), o português António Guterres, entrou no debate sobre o impacto global da mineração. Em maio do ano passado, ele afirmou que a extração de metais e de outras matérias-primas valiosas deve sempre levar em conta três fatores: recursos disponíveis, ecossistemas e as pessoas envolvidas no processo. Ele pediu uma melhor distribuição dos lucros da mineração e mais atenção ao impacto ambiental.

“É preciso ter em consideração as necessidades e os direitos de mulheres, povos indígenas, comunidades locais e outras partes interessadas”, disse ele. Segundo Guterres, é uma “responsabilidade compartilhada” garantir que “os benefícios dos recursos minerais alcancem todas as pessoas na sociedade, não apenas as elites, salvaguardando o ambiente natural hoje e para as gerações futuras”.

Fonte: A Referência

Data: 07/05/2022

Aura Minerals agora é dona da mina de ouro do projeto Borborema, no RN, e investe na produção do metal para expansão no setor da mineração

A mina de ouro do projeto Borborema, localizada no Rio Grande do Norte, é uma das maiores de todo o Brasil e é a nova aposta da Aura Minerals para a expansão na produção do metal com foco no mercado da mineração nacional

Após um contrato fechado recentemente, a companhia Aura Minerals é agora a detentora da mina de ouro do projeto Borborema, que fica localizado no estado do Rio Grande do Norte. Até essa segunda-feira, (09/05), a aquisição das ações da Big River Gold trata-se de uma nova estratégia da empresa para o seu crescimento no setor da mineração com um foco na produção desse metal.

Com um olhar cada vez mais expansivo para o mercado nacional, a companhia Aura Minerals acaba de adquirir mais uma mina no segmento da mineração no Brasil. Dessa vez, o empreendimento que entrou em questão e passou a ser da empresa é a mina do projeto Borborema, no município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, a cerca de 170 km de Natal, que antes pertencia à companhia australiana Big River Gold.

E, para a finalização do contrato de aquisição da mina de ouro do projeto Borborema, a Aura Minerals teve que desembolsar 91,7 milhões de dólares australianos, pouco mais de R\$ 313 milhões. Assim, a companhia agora é a detentora de 100% das ações da mina, que antes pertenciam à Big River Gold, e poderá utilizar a planta para o seu projeto de produção de ouro no Brasil. A compra desse ativo é a nova jogada da companhia para conseguir expandir a sua presença no mercado da mineração brasileira ao longo do ano de 2022.

A escolha da mina de ouro do projeto Borborema por parte da Aura Minerals foi feita em razão do alto potencial de produção do minério que o local possui. Isso pois a mina tem um estoque de 1,87 milhões de onças, cerca de 56 toneladas de ouro, segundo os estudos realizados pela Big Rivers. E, embora a companhia não tenha divulgado qual será o plano de investimento no seu novo projeto da mineração, estima-se que os valores giram em torno de US\$ 90 milhões ao longo dos próximos anos.

Produção de ouro no Brasil é um forte investimento para o setor da mineração e a companhia pretende investir no mercado com a compra da mina do projeto Borborema

A busca pela comercialização do ouro nos últimos meses aumentou exponencialmente no mercado internacional, em razão dos conflitos geopolíticos que estão acontecendo na Europa. Isso acontece pois o minério é uma forma de conter a inflação em casos extremos e, em situações de instabilidade internacional, os países precisam garantir uma reserva e uma garantia de que a sua economia será mantida em crises.

Assim, o Brasil tem se tornado o grande alvo desse segmento e a aposta da Aura Minerals na mina é uma forte jogada, uma vez que o CEO da Aura Minerals, Rodrigo Barbosa, afirmou que “A exploração de ouro exige altos investimentos, principalmente na fase inicial e tem um risco considerável. Contudo, Chile e Peru, dois concorrentes diretos do Brasil na produção, estão revendo suas legislações sobre a mineração de ouro, o que tende a afastar os investidores e o Brasil pode ser o novo alvo para esse Capital”.

Agora, a Aura Minerals está se preparando para iniciar as obras de preparo da mina para o início da produção de ouro na busca por um crescimento ainda mais expressivo no ramo da mineração ao longo dos próximos anos no Brasil.

Fonte: Click, Petróleo e Gás

Data: 09/05/2022



Compromisso de divulgar indicadores socioeconômicos

O Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) publicou o documento “Estrutura de Relatórios Sociais e Econômicos”, que compromete os membros a relatar um conjunto de indicadores socioeconômicos, capacitando partes interessadas como comunidades, governos e investidores a avaliar mais facilmente a contribuição da mineração para o desenvolvimento social e econômico.

Os membros do ICMM representam 1/3 da indústria e se comprometeram a divulgar oito indicadores-chave que incluem relatórios de impostos país por país sobre receitas, pagamento e impostos, composição da força de trabalho, igualdade salarial, nível salarial, treinamento fornecido, compras locais, educação e programas de habilidades e capacitação. O estudo deve ajudar as companhias a melhor avaliar e fortalecer a entrega de seus programas de contribuição social e econômica e fornecer uma visão mais clara da contribuição da mineração para o crescimento econômico, emprego, habilidades, saúde, educação e uma série de outras oportunidades de desenvolvimento nas regiões próximas às suas operações. “A mineração desempenha um papel significativo na condução do desenvolvimento social e econômico das regiões onde ocorre. O que falta até agora é um conjunto consistente de indicadores que medem essas contribuições, de igual para igual. O levantamento “Estrutura de Relatórios Sociais e Econômicos” do ICMM eleva o nível em várias áreas, incluindo a desagregação de dados por gênero e etnia e relatórios de salários de funcionários em comparação com o salário mínimo local”, diz Rohitesh Dhawan, CEO do ICMM.

Dhawan disse ainda que o compromisso representa um grande passo em frente, e encoraja todas as empresas de mineração a adotarem a Estrutura para fornecer uma visão mais completa da contribuição social e econômica do setor e identificar coletivamente áreas de melhoria. “Reconhecemos que ainda há mais a fazer para medir, prevenir e gerenciar os impactos negativos que as atividades de mineração podem ter nas comunidades locais. Continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas para avaliar a evolução potencial do Marco para que possamos aproveitar os dados que já estão sendo fornecidos para dar uma visão clara do desempenho de nossos membros”.

O projeto vai incentivar o debate de temas relacionados não apenas à segurança no trabalho, mas também ao valor da vida, ao meio ambiente e à preservação da memória. Serão promovidas ações de formação, de fortalecimento comunitário e de comunicação, que vão contribuir para o desenvolvimento local e a reconstrução econômica social. Uma campanha publicitária vai lembrar que “Amanhã pode ser tarde”, reforçando nas redes que, quando se trata de garantir a vida, medidas de prevenção são urgentes e não podem ser adiadas. Todas as ações do projeto serão divulgadas por meio do site Legado de Brumadinho, além de redes sociais Instagram e Facebook

Realizado pela Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias (Sabic), o Projeto Legado de Brumadinho é desenvolvido com a Fundação Dom Cabral (FDC), a Inspirartes Produções Culturais, o Centro Mineiro de Alianças Intersectoriais (CeMAIS) e a LS Comunicação, contando ainda com apoio técnico da ABCPública e com a parceria AVABRUM. O projeto Legado de Brumadinho é realizado com recursos destinados pelo Comitê Gestor do Dano Moral Coletivo pago a título de indenização social pelo rompimento da Barragem em Brumadinho, em 25/01/2019, que matou 272 pessoas.

Para Chris Griffith, CEO da Gold Fields, em parceria com outros membros do ICMM a empresa esteve ativamente envolvida no desenvolvimento da Estrutura, pois acredita que o relatório de indicadores sociais e econômicos é fundamental para ajudar a fornecer uma imagem clara da contribuição que fazemos. “É fundamental essa transparência para conquistar a confiança dos stakeholders, principalmente das comunidades anfitriãs e dos governos. Já estamos alinhados com vários dos indicadores - conforme relatado em nosso Relatório anual aos Stakeholders - e estamos trabalhando para divulgar a estrutura completa”. O documento foi desenvolvido por meio de uma avaliação das estruturas de relatórios existentes e das práticas da empresa relacionadas à contribuição social e econômica. Ele foi informado por meio de consultas a uma série de partes interessadas externas, incluindo investidores, sociedade civil, clientes e organizações internacionais, e testado em locais por membros do ICMM.

A “Estrutura de Relatórios Sociais e Econômicos” se baseia em estruturas existentes, como a Global Reporting Initiative (GRI), garantindo assim uma abordagem simplificada para relatórios. Os membros do ICMM já iniciaram o trabalho necessário para incorporar esses indicadores em seus sistemas de relatórios e se comprometeram a divulgar os indicadores até 2024, exceto o imposto país a país, para o qual o relatório é esperado a partir de 2025.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 10/05/2022

Mapeamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na mineração é tema de seminário do MME

O Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), promoverá o Seminário “Mapeando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Mineração Brasileira 2022” no dia 26 de maio, das 8h30 às 13h.

No seminário, serão apresentadas ações voltadas para os ODS de empresas selecionadas por associações e entidades de representação do setor mineral. Conforme informou o MME em nota, essas empresas têm algumas das melhores práticas do setor de mineração para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o objetivo é promover e incentivar o surgimento de novas ações e estimular o reconhecimento dessas iniciativas pela sociedade brasileira.

O ministro Bento Albuquerque e o secretário da SGM, Pedro Paulo Mesquita, estarão presentes no evento que é resultado de uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS/SEGOV), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O seminário acontecerá de forma híbrida, presencialmente no auditório do MME e virtualmente por meio do YouTube do MME. Os interessados em participar de forma presencial devem enviar, até o dia 25 de maio, um e-mail para sgm.gab@mme.gov.br.

Fonte: Minera Brasil

Data: 10/05/2022

Prós e contras ao projeto da Tamisa

A instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril, da Tamisa, na Serra do Curral foi debatido entre o Governo mineiro, setor empresarial e movimentos da sociedade civil no último dia 5 de maio, em audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia.

Os dois lados divergiram sobre os impactos do empreendimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e até sobre o tempo destinado a cada lado para defender seus argumentos. Os representantes da sociedade civil reclamaram que o tempo concedido às falas favoráveis à mineração na Serra do Curral foi maior, o que levou a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Cristiano Silveira, ambos do PT, a solicitarem que os pronunciamentos fossem intercalados entre pessoas favoráveis e contrárias ao empreendimento. Entretanto, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Noraldino Júnior (PSC), manteve a dinâmica original, sob o argumento de que as falas que estavam sendo apontadas como favoráveis eram “técnicas” e, portanto, sem um lado na polêmica. Ele afirmou, ainda, que todos teriam a chance de se manifestar.

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Carvalho de Melo, defendeu a legalidade do empreendimento pela sua pasta ao alegar que todas as etapas do processo foram devidamente cumpridas, com respaldo técnico da proposta e realização de audiências públicas em conjunto com a sociedade. Marília disse que a sociedade requereu 128 informações complementares, e todas teriam sido respondidas pela empresa.

A proposta foi transformada em projeto a ser analisado prioritariamente pela pasta em 2017. Marília destacou também que, durante a reunião on-line do Conselho de Política Ambiental (Copam) em que o licenciamento foi aprovado, já na madrugada de sábado (30 de abril de 2022), todos os interessados puderam se manifestar e, como resultado, foram registradas 738 intervenções, razão pela qual a reunião teria se estendido até as 3 horas da manhã.

Um dos responsáveis pelos estudos técnicos realizados pela secretaria, o superintendente de Projetos Prioritários, Rodrigo Ribas, disse ter recebido “mais de uma centena” de ameaças em função da decisão favorável ao projeto, mas reafirmou a posição técnica, e não política, da análise. “O licenciamento não é para um “megaempreendimento”, já que a quantidade de minério a ser retirada anualmente seria menor do que em outras áreas de mineração no Estado”. O superintendente também minimizou o impacto da poeira na atmosfera ao falar da dispersão que ficará restrita à área do empreendimento. Ele também disse que o Pico Belo Horizonte, símbolo da Capital mineira, não será alterado, embora tenha admitido que a mineração terá impacto visual por poder ser observada a partir de alguns pontos da cidade.

Para escoamento da produção, Ribas disse que haverá o trânsito diário de 600 caminhões e, para mitigar os efeitos a Tamisa vai construir uma rodovia de sete quilômetros. “O projeto não prevê barragens de rejeitos e a segurança hídrica está garantida segundo estudos e acordos com a Copasa, de que o empreendimento não irá interferir na oferta de água na RMBH”.

Para concluir, Ribas negou impactos relevantes para a flora e fauna da região e disse que corredores de conectividade serão criados para evitar áreas ambientais isoladas. As fases 1 e 2 do empreendimento, que avançaram no licenciamento, vão suprimir 45 hectares de mata nativa.

Em defesa da mineração na Serra do Curral, também se pronunciaram Leandro Amorim, representante da Taquaril Mineração S.A. (Tamisa), responsável pelo empreendimento, e Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), entidade que tem representação no Copam. “A vocação mineradora do Estado não é maldição, é benção”, disse Roscoe. Leandro Amorim destacou que o processo prevê medidas de mitigação dos impactos ambientais. O deputado Gustavo Santana (PL) defendeu o Complexo Minerário Serra do Taquaril. Segundo ele, os estudos de impactos foram desenvolvidos por sete anos e o projeto pode gerar mais de dois mil empregos.

A deputada Celise Laviola (Cidadania) ponderou que não estava fazendo a defesa do ato, mas que compreendia a posição técnica do licenciamento. O deputado Roberto Andrade (Avante) defendeu maior celeridade nos processos de licenciamento para que mais empregos possam ser gerados no Estado.

O outro lado

Os argumentos em prol da mineração na Serra do Curral foram contestados por diversos participantes da audiência conjunta. Jeanine Oliveira, do Movimento Mexeu com a Serra do Curral Mexeu Comigo, chamou de “afronta à memória” dos moradores as afirmações de que não haverá poeira ou tremores de terra no entorno da mineração. Jeanine lembrou antigas áreas exploradas na região e suas consequências. Ela exibiu imagens de satélite que demonstravam que o atual projeto, se instalado, será ainda mais próximo de áreas residenciais do que os anteriores, além de questionar como o Pico Belo Horizonte não será afetada se uma das bordas das cavidades previstas está a pouco mais de 100 metros do ponto mais alto da Serra do Curral.

Em relação ao projeto, Jeanine ressaltou que ele foi dividido para facilitar a obtenção do licenciamento, de forma que o que está em discussão agora é apenas uma pequena parte das pretensões minerárias na região. A tendência seria a ampliação posterior da área atingida e da quantidade de minério a ser retirado. Além disso, a representante da sociedade civil apontou que, depois dos estudos da Copasa, o projeto foi alterado e terá mais impacto nas proximidades das adutoras da companhia.

O representante do Fórum São Francisco, Júlio Grillo, afirmou que as explosões para abertura das cavas colocarão em risco a segurança de barragens próximas. “Se alguma liquefação, o centro de Nova Lima vai ficar debaixo de lama”, alertou. “Estão usando argumento técnico para esconder o interesse político”, criticou Apolo Heringer Lisboa, do Projeto Manuelzão.

Outra posição contrária ao projeto é da vereadora de Belo Horizonte Duda Salabert. Ela chamou a proposta de “o maior ataque à Serra do Curral em sua história”. Os riscos para a saúde da população foram salientados por ela. “Acabamos de sair de uma pandemia que é resultado da relação irresponsável do ser humano com o meio ambiente”, disse. Outra vereadora da Capital, Bella Gonçalves, lembrou que a construtora Cowan, responsável pelo viaduto que desabou em 2014, na Avenida Pedro I, em Belo Horizonte, é acionista da Tamisa.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 10/05/2022

Trafigura to supply feedstock for Green Lithium's UK refinery

Lithium processing company Green Lithium has partnered with Singapore-based commodity trader Trafigura on lithium feedstock supply for the planned commercial lithium refinery in the UK.

Green Lithium is planning to build a centralised lithium refinery with a 50,000 million tonnes per year (Mtpa) capacity to supply battery-grade lithium chemicals.

These chemicals are vital for the commercial viability of the battery supply chain, the transition to net-zero emissions, and the electric vehicle (EV) revolution in Europe.

The alliance will see Trafigura supply lithium feedstock for the proposed refinery and make an equity investment in Green Lithium's funding round intended for the refinery's development phase.

The investment forms part of Trafigura's efforts to diversify and develop its business across other battery metal commodities while boosting its position in the battery and electric vehicle value chain.

In a press statement, Trafigura said: "Given the importance that lithium plays in the supply chain – and, more broadly, in the transition to a decarbonised, greener economy – an agreement with Green Lithium represents a milestone for Trafigura's international battery metals business."

Currently, Europe has no commercial lithium refining capability. This makes the continent depend on China for critical battery metals to meet the demand for the EV and sustainable energy storage sectors.

Through the new lithium refinery, Green Lithium is anticipated to create the missing link in Europe while ensuring upstream supply chain security.

Green Lithium CEO Sean Sargent said: "Green Lithium's refinery will accelerate the adoption of electric vehicles and sustainable energy storage through the increased supply of low-carbon, battery-grade lithium chemicals – a key component of lithium-ion batteries."

The proposed refinery is expected to produce lithium hydroxide enough to support the production of more than one million EVs/year.

Trafigura battery metals global head Socrates Economou said: "This landmark project has the potential to revolutionise the European supply chain for EV production and sustainable energy storage at this critical time in the energy transition."

Fonte: Mining Technology

Data: 10/05/2022

Argentina expects \$4.2bn investment in its lithium sector

Argentina expects to receive a \$4.2 billion combined investment in its growing lithium market over the next five years, which would help the country double production in 2023 to reach 175,000 tonnes of the battery metal in 2025.

The country has attracted over the past year major players, including the world’s second largest miner Rio Tinto and South Korean steelmaker Posco.

Argentina sits atop the “lithium triangle” a region shared with neighbouring Chile and Bolivia, which contains nearly 56% of the world’s resources of the metal, according to the most recent figures from the United States Geological Survey (USGS).

This means, according to productive development minister Matías Kulfas, the country has the potential to become the world’s third or fourth biggest lithium producer.

Kulfas, who participated in a round-table to discuss the sector’s potential last week, said the projected investment will be key to build the necessary infrastructure and improve efficiencies.

The minister also highlighted the need for sound policies that help spur investment in the industry without neglecting the environment.

Argentina produced 33,000 tonnes of lithium in 2020 and projects it will reach 50,000 tonnes of the battery metal this year.

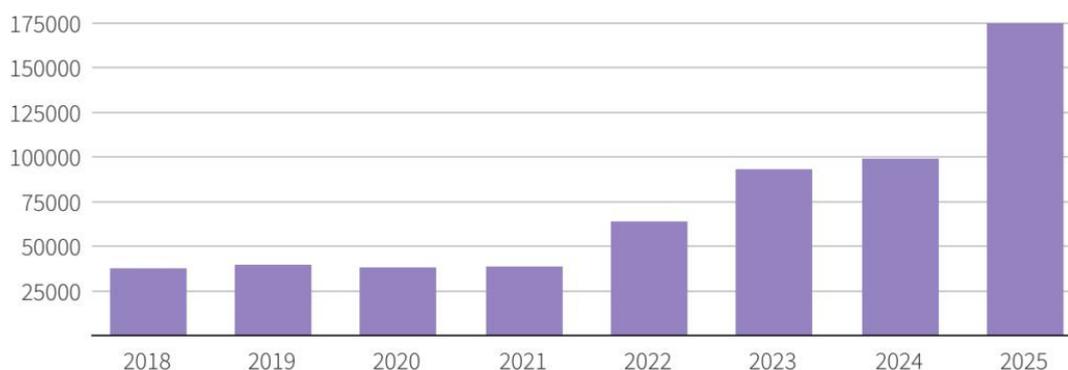
Eyes on the prize

Argentina’s northern provinces are emerging as a hub for greenfield lithium projects, attracting majors and juniors alike.

The nations’ lithium portfolio includes 23 projects in various stages of development, including Ganfeng Lithium and Lithium Americas’ under construction Caucharí-Olaroz. The project is expected to become Argentina’s top producer with 40,000 tonnes of lithium carbonate equivalent (LCE) a year, starting in second half of 2022.

Australia’s Orocobre and US miner Livent Corp, which have supply tie-ups with Toyota Corp and BMW respectively, operate the two producing lithium mines in the country.

Argentina’s production of lithium carbonate could more than double by 2023 and hit 175,000 tonnes by 2025, according to forecasts from the country’s mining chamber. That could take the value of lithium exports to \$1.5 billion.



Rio Tinto completed in March the acquisition of the Rincon lithium project in Salta, which holds reserves of almost 2 million tonnes of contained lithium carbonate equivalent, sufficient for a 40-year mine life.

Posco vowed to invest \$4 billion in a project at a salt flat called Salar del Hombre Muerto, located on the border between the Salta and Catamarca provinces.

Australia's Lake Resources (ASX: LKE) is also present in the area, with its flagship Kachi lithium project. The asset, which is expected to initially produce 50,000 tonnes per annum from 2024, recently secured Ford as a client.

The automaker aims to buy 25,000 tonnes annually of the white metal and represents a major bet on direct lithium extraction (DLE), a technology that filters lithium from brines and uses far less acreage than open pit mines and evaporation ponds.

Fonte: Mining.com

Data: 10/05/2022

MINING TECHNOLOGY

Ivanhoe progresses with Platreef mine development in South Africa

Canadian mining firm Ivanhoe Mines has concluded the construction of the Shaft 1 production changeover at its Platreef platinum-group and gold mine in Limpopo province, South Africa.

Shaft 1 is designed to serve as the mine's initial production shaft. It is located 450m from the first high-grade area of Phase 1, Flatreef orebody.

Ivanhoe president Marna Cloete said: "The completion of changeover is another noteworthy milestone in the growth of Ivanhoe into a major, diversified miner – one with top environmental, social and governance credentials and an industry-leading portfolio of tier one assets."

Being developed in phases, the underground mine will use 14t load haul dumpers and battery-electric M2C drill rigs to help reduce the carbon footprint.

The company plans to begin production at the Platreef platinum group metals (PGMs) and copper project in the third quarter of 2024.

Ivanhoe expects the project to become one of the largest and lowest-cost palladium, rhodium, nickel, platinum, copper and gold producers in the world.

It is expected to have a production exceeding 24,000tpa of nickel and 1.1Moz of palladium, rhodium, platinum and gold.

Detailed engineering studies are currently being carried out on the project's initial 700,000tpa mine and concentrator.

Ivanhoe Mines executive co-chair Robert Friedland and president Marna Cloete said: "Platreef will align with our goal of 're-inventing mining' and leverage the most sustainable technologies available...as evidenced by our commitment to zero-emission, battery-powered equipment, green solar power, and the adoption of the safest possible tailings method utilising dry-stack technology, which has the added benefit of minimising water consumption."

Through its subsidiary, Ivanhoe owns a 64% stake in the Platreef project.

Fonte: Mining Technology

Data: 10/05/2022

Iron ore price at near 4-month low on interest rate, demand concerns

The iron ore price dropped nearly 7% on Tuesday, fuelled by concerns about higher interest rates and still-stagnant demand from China.

The US Federal Reserve approved a half-a-point interest rate hike last week, and said it could stick to that for the next two to three meetings and then assess how the economy and inflation are responding before deciding whether further rises are needed.

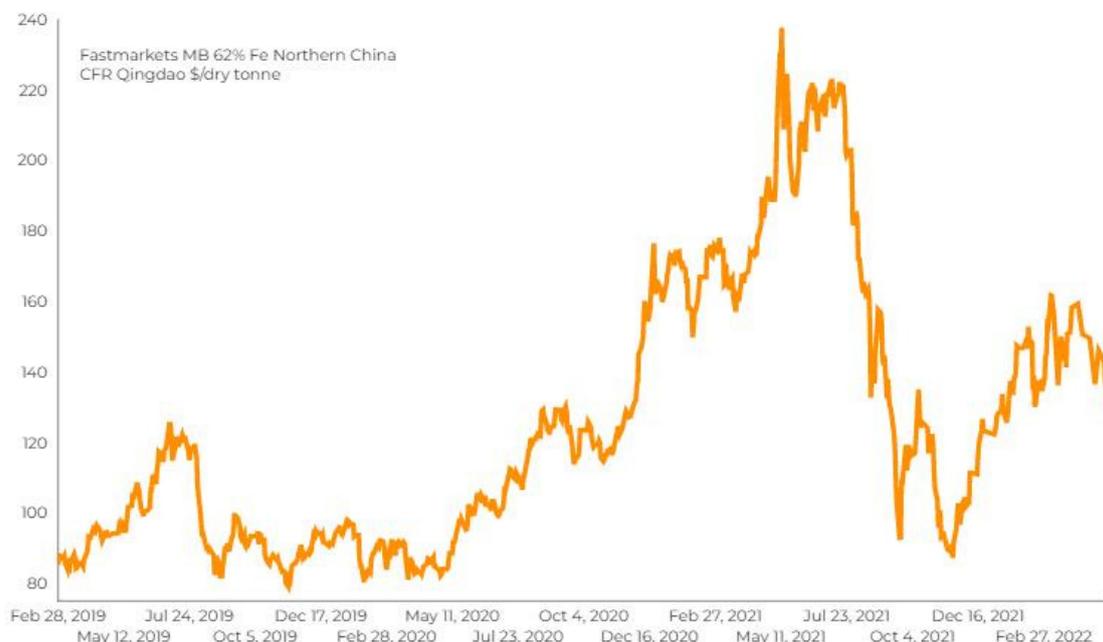
“That has led to a significant decline in commodities prices denominated in US dollars such as iron ore,” GF Futures analysts wrote in a note.

Meanwhile, thin profit margins at steel producers and overall steel output controls in China have curbed production increases and dented demand for steelmaking ingredients, GF Futures said.

The most-active iron ore futures on China’s Dalian Commodity Exchange, for September delivery, plunged as much as 7% to 756 yuan (\$112.71) per tonne, the lowest since March 16.

They ended 4.1% lower at 779 yuan a tonne, extending losses to the third day.

Benchmark 62% Fe fines imported into Northern China fell 6.18%, to \$129.92 per tonne, the lowest since January 18.

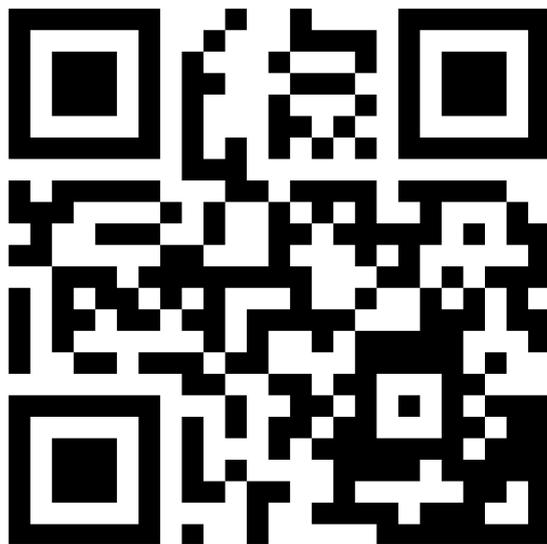


China’s central bank said on Monday it would step up support for the slowing economy, while closely watching domestic inflation and monitoring policy adjustments by developed economies.

Fonte: Mining.com

Data: 10/05/2022

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



//company/agencia-para-o-desenv-do-setor-mineral-brasileiro/



adimb_oficial

Sede

Centro Empresarial Liberty
Mall Torre A, Sala 505
SCN Q.02 Bloco D
CEP : 70712903
Brasília/DF



ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro